ISSN: 2358-8829

ENTRE O RISO E A OFENSA – A AMBIVALÊNCIA DISCURSIVA DO HUMOR RACIAL EM PLATAFORMAS DIGITAIS

Diogo Araujo dos Santos [1]

INTRODUÇÃO

As plataformas digitais passaram a ocupar lugar decisivo na produção, circulação e disputa de sentidos na vida social. Redes sociais, serviços de compartilhamento de vídeos, fóruns e aplicativos de mensagens não constituem apenas suportes técnicos para a comunicação: são ambientes em que linguagens, afetos, identidades e relações de poder se organizam e se tornam visíveis. Nesse cenário, o humor aparece como prática cotidiana de grande alcance. Piadas, memes, montagens, vídeos curtos e comentários irônicos circulam com rapidez, mobilizam engajamento e frequentemente são legitimados pela ideia de que "é só brincadeira". Quando a raça é tomada como matéria do riso, contudo, essa justificativa precisa ser examinada criticamente.

O humor racial apresenta uma dimensão ambivalente. Em determinadas circunstâncias, pode reiterar imagens históricas de inferiorização, naturalizar desigualdades e transformar experiências de discriminação em entretenimento. Em outras, pode ser empregado por sujeitos e coletivos racializados como instrumento de crítica, inversão de expectativas, denúncia e elaboração de pertencimentos. A mesma forma discursiva — um meme, uma piada ou uma paródia — não possui sentido fixo fora das condições em que é produzida, compartilhada e interpretada. Por isso, a análise não deve se restringir ao enunciado isolado, nem admitir de modo automático que o riso elimina os efeitos de violência simbólica.

[1] Mestrando do Programa de Pós Graduação em Metodologia de Ensino e Processos de Aprendizafem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - RN, diogo.santos.056@ufrn.edu.com;

A relevância da discussão amplia-se no contexto brasileiro, no qual o racismo constitui uma estrutura histórica que se manifesta nas instituições, nas práticas culturais e nas formas de representação. A linguagem humorística pode atuar como uma via aparentemente despretensiosa de atualização de hierarquias raciais. Ao apresentar estereótipos como diversão, ela tende a deslocar a atenção do conteúdo discriminatório para a suposta intenção jocosa de quem enuncia. Como observa Moreira (2019), o racismo recreativo opera justamente pela associação entre práticas de humilhação e o convite ao riso, tornando a contestação da ofensa socialmente mais difícil.

Ao mesmo tempo, reduzir todo humor que tematiza relações raciais a uma única categoria seria desconsiderar a complexidade das práticas culturais em rede. Produções satíricas elaboradas por pessoas negras, por exemplo, podem revelar a violência de discursos cotidianos, expor contradições de comportamentos racializados e produzir formas de reconhecimento coletivo. A distinção, portanto, não decorre simplesmente da presença de referências à raça, mas das posições enunciativas, dos repertórios mobilizados, dos alvos da comicidade, das relações de poder implicadas e das respostas que os conteúdos suscitam.

Este trabalho tem como objetivo analisar a ambivalência discursiva do humor racial em plataformas digitais, considerando os limites e as tensões entre liberdade de expressão, riso e ofensa. Busca-se compreender como práticas humorísticas podem, de um lado, reforçar estereótipos e sustentar o racismo recreativo e, de outro, favorecer processos de crítica, resistência e ressignificação identitária. Para isso, o estudo articula contribuições da Análise do Discurso, da Sociolinguística e dos estudos de cibercultura. A questão que orienta a reflexão é: de que maneira as condições de produção, circulação e recepção dos enunciados humorísticos digitais interferem na sua configuração como violência racial ou como prática crítica de resistência?

A discussão possui também implicações educacionais. A velocidade com que conteúdos humorísticos circulam e a aparente informalidade de seus formatos exigem práticas de letramento digital capazes de problematizar discursos naturalizados. Compreender o funcionamento do humor racial é importante para que estudantes, educadores e usuários das redes reconheçam que a comunicação digital não é neutra e que a linguagem participa ativamente da manutenção ou da contestação das desigualdades. Assim, o estudo propõe uma leitura crítica do riso nas redes, sem

desconsiderar sua potência cultural, mas recusando sua utilização como salvo-conduto para a discriminação.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa possui natureza qualitativa, exploratória e interpretativa. Seu percurso metodológico combina revisão bibliográfica e análise discursiva de práticas de humor racial que circulam em plataformas digitais. A opção por uma abordagem qualitativa decorre do interesse em compreender os sentidos produzidos pelos enunciados em seus contextos de circulação, e não em quantificar ocorrências ou estabelecer generalizações estatísticas. O foco recai sobre os mecanismos linguísticos, discursivos e socioculturais que tornam determinados conteúdos passíveis de serem lidos como piada, crítica, ofensa ou resistência.

A revisão bibliográfica reúne estudos sobre racismo estrutural e recreativo, linguagem, discurso, representação, redes digitais e cultura participativa. O diálogo entre esses campos permite evitar uma análise estritamente moralizante ou puramente textual. A perspectiva adotada considera que os discursos são produzidos em condições históricas e ideológicas determinadas; logo, uma manifestação humorística não pode ser avaliada apenas por sua formulação verbal ou visual. Devem ser observados, entre outros aspectos, quem fala, a partir de qual posição social, sobre quem se fala, quais memórias discursivas são ativadas e como o público responde à publicação.

No plano analítico, são considerados conteúdos digitais de circulação pública — tais como memes, vídeos breves, postagens e sequências de comentários — que tematizam explicitamente questões raciais ou mobilizam marcas racializadas para provocar riso. A seleção, em uma etapa posterior de ampliação do estudo, deverá privilegiar materiais acessíveis publicamente, contextualizados e relevantes para o problema investigado. Não serão reproduzidos identificadores de perfis, dados pessoais ou comentários que possam expor usuários. Quando necessário, os exemplos serão descritos de forma sintética, preservando-se a compreensão do fenômeno sem ampliar a circulação de material ofensivo.

A análise organiza-se em quatro movimentos. O primeiro consiste na identificação do formato do conteúdo e de sua situação comunicativa: plataforma, recursos empregados, tema e forma de interação prevista. O segundo observa as marcas discursivas da comicidade, tais como ironia, exagero, paródia, ambiguidade, estereotipação, inversão e uso de expressões recorrentes. O terceiro investiga as relações de poder e os lugares de fala envolvidos, verificando se o riso recai sobre grupos historicamente vulnerabilizados ou se dirige sua crítica aos dispositivos que produzem a discriminação. O quarto movimento considera indícios de recepção presentes nas interações públicas, especialmente disputas de interpretação, concordâncias, contestações e tentativas de desqualificar a crítica sob o argumento da liberdade de expressão.

Esse procedimento não pretende classificar conteúdos de maneira rígida ou atribuir uma intenção única aos seus autores. Ao contrário, parte da premissa de que os sentidos se constituem na relação entre texto, contexto, memória e recepção. A noção de ambivalência é, nesse caso, central: um mesmo recurso humorístico pode produzir leituras diversas, mas nem todas as leituras possuem o mesmo peso social quando incidem sobre relações racialmente desiguais. A análise busca, portanto, evidenciar os critérios interpretativos que permitem distinguir a sátira crítica da reprodução de discursos discriminatórios disfarçados de descontração.

Por se tratar de investigação em desenvolvimento, os resultados apresentados têm caráter analítico-preliminar e derivam da articulação entre o referencial teórico e a observação das dinâmicas recorrentes de circulação do humor racial nas plataformas. Não se apresentam dados empíricos conclusivos nem se atribui à pesquisa de campo resultados ainda não sistematizados. Essa delimitação assegura coerência entre os objetivos do trabalho, seu estágio de realização e as afirmações desenvolvidas nas seções seguintes.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão do humor racial requer, inicialmente, reconhecer que a linguagem não é um instrumento transparente de transmissão de mensagens. Para Orlandi (2015), os sentidos são produzidos historicamente e atravessados por relações ideológicas. Desse modo, o que parece ser uma piada inocente pode atualizar discursos sedimentados sobre determinados grupos sociais. O caráter humorístico de um enunciado não o coloca fora

da história, nem suspende as relações de poder que organizam sua interpretação. Pelo contrário, o riso pode constituir uma forma eficiente de circulação de sentidos porque reduz resistências, favorece a identificação entre usuários e torna a violência aparentemente menos grave.

A Análise do Discurso oferece ferramentas relevantes para observar os efeitos de evidência produzidos por expressões cotidianas. Quando um conteúdo racialmente ofensivo é apresentado como “apenas brincadeira”, a formulação procura estabilizar uma leitura e antecipar a reação do interlocutor. A interpelação humorística pode constranger aquele que se sente atingido: se protesta, corre o risco de ser representado como excessivamente sensível, incapaz de rir ou responsável por “estragar” o ambiente. Essa operação desloca o problema da estrutura discriminatória do enunciado para a reação da pessoa ou do grupo ofendido.

A noção de racismo recreativo, discutida por Moreira (2019), contribui para nomear esse processo. Trata-se de uma modalidade de discriminação em que práticas de inferiorização são realizadas sob a forma de humor. A comicidade não elimina o dano; ela pode funcionar como recurso de legitimação, pois dilui a responsabilidade do emissor e encontra apoio em convenções sociais que toleram a ridicularização de grupos racializados. O autor demonstra que a liberdade de expressão não deve ser interpretada como autorização para a circulação irrestrita de conteúdos que degradam a dignidade de pessoas e comunidades.

Essa discussão se articula ao conceito de racismo estrutural. Almeida (2019) enfatiza que o racismo não pode ser reduzido a atos individuais de hostilidade, pois integra a organização social, política, econômica e cultural. No campo das representações, isso significa que estereótipos não surgem de modo espontâneo: eles se relacionam a uma história de desigualdade e à distribuição assimétrica de prestígio, visibilidade e humanidade. Piadas que vinculam pessoas negras à incapacidade, à criminalidade, à hipersexualização ou à subserviência, por exemplo, reativam repertórios de longa duração, ainda que se apresentem em formatos contemporâneos e digitais.

A reflexão de Hall (2016) sobre representação e identidade também é fundamental. Os sistemas de representação participam da constituição de significados e da forma como grupos são percebidos socialmente. As identidades não são essências

imutáveis, mas construções atravessadas por processos históricos, culturais e políticos. Em ambientes digitais, a disputa por representação torna-se especialmente intensa: conteúdos podem consolidar classificações estigmatizantes, mas podem também ser apropriados, reelaborados e contestados por coletivos que reivindicam outras narrativas sobre si.

É nesse ponto que a ambivalência do humor se torna mais visível. A ironia e a paródia podem ser usadas para expor o absurdo de uma norma social, para deslocar o alvo do riso ou para denunciar preconceitos recorrentes. Quando sujeitos negros elaboram conteúdos que criticam situações de discriminação, a comicidade pode produzir reconhecimento e solidariedade, transformando experiências de violência em matéria de reflexão coletiva. Isso não significa que a autoria, isoladamente, resolva toda questão ética ou interpretativa, mas evidencia que a posição enunciativa e o alvo da sátira são elementos indispensáveis à análise.

Os estudos de cibercultura ampliam essa discussão ao destacar que as plataformas organizam formas específicas de visibilidade e participação. Lévy (1999) compreende o ciberespaço como ambiente de novas práticas de comunicação e produção de conhecimento. Mais recentemente, Recuero (2014) evidencia que as redes sociais digitais estruturam conversações em rede, nas quais públicos diversos interagem, replicam conteúdos e atribuem novos sentidos às mensagens. Em tais espaços, uma publicação pode ser retirada de seu contexto original, atingir audiências não previstas e receber camadas sucessivas de comentário, remixagem e julgamento.

A lógica de engajamento das plataformas merece atenção. Conteúdos capazes de gerar reação intensa — seja indignação, diversão, identificação ou conflito — tendem a obter maior circulação. O humor, por sua capacidade de condensar ideias em formatos breves e compartilháveis, ajusta-se facilmente a essa dinâmica. Entretanto, a busca por curtidas, visualizações e compartilhamentos pode estimular simplificações e transgressões calculadas. A polêmica passa a ser convertida em visibilidade, e a defesa de uma suposta irreverência pode ser mobilizada para neutralizar críticas ao racismo.

A Sociolinguística contribui ao recordar que usos linguísticos são inseparáveis de seus contextos sociais. Variações, escolhas lexicais, entonações sugeridas, referências

culturais e formas de tratamento carregam valores construídos em comunidades de fala. Nas plataformas, tais marcas podem ser intensificadas pelo uso de imagens, emojis, hashtags, trilhas sonoras e recursos de edição. A análise do humor racial deve considerar essa multimodalidade, pois o efeito de sentido raramente está contido apenas em uma frase. Uma legenda aparentemente neutra pode adquirir caráter ofensivo pela imagem associada, pelos comentários que a acompanham ou pela memória social ativada pela publicação.

Por fim, a educação para as mídias e para as relações étnico-raciais apresenta-se como dimensão indispensável. A Lei nº 10.639/2003, ao instituir a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, reforça a necessidade de práticas pedagógicas que enfrentem o racismo em suas diferentes manifestações. No ambiente escolar, discutir humor digital pode contribuir para que os estudantes desenvolvam critérios de leitura, reconheçam estereótipos e compreendam as consequências sociais de seus compartilhamentos. Trata-se de formar sujeitos capazes de participar criticamente das redes, e não apenas de consumir ou replicar conteúdos de modo automático.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise teórico-interpretativa permite apontar que o humor racial em plataformas digitais opera em uma zona de permanente disputa de sentidos. Não há um significado universal do riso, pois os efeitos de uma piada dependem das condições de enunciação e dos repertórios acionados. Ainda assim, alguns padrões ajudam a compreender quando a comicidade se aproxima da reprodução de violência racial. Um primeiro padrão consiste na utilização de estereótipos históricos como atalhos para a graça. Nesses casos, a piada depende do reconhecimento prévio de associações depreciativas e convida o público a rir não de uma situação crítica, mas da própria desumanização de um grupo.

Um segundo aspecto refere-se à estratégia de minimização da ofensa. Expressões como “foi só uma brincadeira”, “não pode mais fazer piada” ou “a intenção não era essa” aparecem com frequência em controvérsias digitais. Tais formulações não são neutras: elas funcionam como mecanismos de defesa do enunciador e podem apagar a experiência

daqueles que identificam a violência no conteúdo. Ao centrar o debate na intenção individual, esse tipo de resposta deixa em segundo plano a história social dos estereótipos e os efeitos coletivos de sua repetição.

A circulação em rede amplia essa dinâmica. Um conteúdo publicado para um público restrito pode ser compartilhado em outros contextos e alcançar pessoas que não compartilham os mesmos códigos de humor. Essa descontextualização, contudo, não explica por si só a crítica ao racismo. Em muitos casos, o problema não é a ausência de contexto, mas precisamente a permanência de uma memória cultural que torna compreensível a associação estigmatizante. A plataforma acelera e escala a distribuição, mas os sentidos discriminatórios encontram condições de reconhecimento porque se apoiam em desigualdades que antecedem o ambiente digital.

Observa-se também que a arquitetura participativa das redes torna a seção de comentários um espaço relevante de análise. Os comentários podem ampliar a violência da postagem inicial, acrescentando insultos, imagens ou novas estereotipias. Porém, podem igualmente produzir contrapontos: usuários denunciam o racismo, explicam referências históricas, questionam a naturalização da piada e convocam outros modos de interpretação. Desse modo, a recepção não deve ser tratada como passiva. Ela participa da construção pública do significado e revela conflitos em torno do que pode ser dito, rido e contestado.

A ambivalência se evidencia com maior força nas práticas de humor crítico produzidas por pessoas negras e por coletivos comprometidos com a denúncia do racismo. Nesses casos, a ironia pode inverter a direção do riso. Em vez de confirmar a inferiorização de sujeitos racializados, o conteúdo torna visíveis as incoerências de discursos que negam a existência do racismo ou banalizam experiências de discriminação. A graça não está na vulnerabilidade da vítima, mas na exposição do comportamento preconceituoso, de seus argumentos frágeis e de suas contradições.

Essa inversão não deve ser lida como simples espelhamento. O humor de resistência não equivale a devolver a ofensa em sentido contrário. Sua potência reside em deslocar posições de fala, questionar narrativas dominantes e criar repertórios de identificação que escapem às representações estigmatizadas. Memes, vídeos e paródias podem produzir pedagogias informais, pois tornam certos problemas socialmente

discutíveis e alcançam públicos que, por vezes, não se aproximariam de textos acadêmicos ou institucionais sobre relações raciais.

Entretanto, a possibilidade de resistência não elimina os riscos de simplificação. A rapidez das redes favorece leituras polarizadas, nas quais toda crítica é classificada como censura e toda manifestação humorística é tomada, sem mediação, como ato inequívoco de violência. Uma leitura discursiva mais cuidadosa requer atenção aos elementos que compõem cada situação. Entre as perguntas analíticas possíveis, destacam-se: qual é o alvo efetivo do riso? Que imagens históricas são mobilizadas? Quem dispõe de maior poder de fala e visibilidade? O conteúdo questiona uma hierarquia ou a torna mais aceitável? Quais reações são produzidas e como elas disputam o significado da postagem?

A liberdade de expressão integra essa discussão, mas não pode ser mobilizada de maneira abstrata. Em uma sociedade democrática, a circulação de ideias e a crítica são direitos fundamentais. Contudo, a liberdade de expressão convive com a proteção da dignidade humana e com a responsabilidade pelos efeitos de práticas discursivas que reforçam exclusões. Reconhecer o caráter racialmente ofensivo de determinadas piadas não significa proibir o humor como linguagem social; significa recusar que a comicidade seja utilizada para imunizar discursos discriminatórios contra qualquer questionamento.

No campo educacional, esses achados analíticos indicam a importância do letramento digital crítico. É necessário criar oportunidades para que estudantes analisem conteúdos que consomem e compartilham diariamente, observando não apenas se algo "parece engraçado", mas como e por que produz humor. Atividades de leitura multimodal podem explorar a relação entre texto, imagem, trilha sonora, comentários e circulação algorítmica. Debates orientados podem problematizar a diferença entre fazer humor sobre uma estrutura de opressão e fazer humor a partir da inferiorização de pessoas afetadas por essa estrutura.

A mediação pedagógica deve evitar tanto a censura descontextualizada quanto a relativização da violência. O objetivo é qualificar a interpretação e fortalecer a responsabilidade comunicativa. Ao reconhecer que os sentidos são disputados, os estudantes podem perceber que curtir, comentar, compartilhar ou silenciar também são formas de participação na vida pública digital. A educação antirracista, nesse sentido,

inclui a capacidade de identificar discursos discriminatórios travestidos de brincadeira e de valorizar práticas criativas que contribuam para uma cultura de respeito e igualdade.

Os resultados preliminares, portanto, sustentam a hipótese de que o humor racial não é monolítico. Sua análise exige considerar a materialidade dos enunciados, os dispositivos técnicos que favorecem sua circulação, as relações raciais que estruturam a sociedade e as práticas de recepção dos públicos. A ambivalência não deve servir para tornar indiscernível a fronteira entre crítica e discriminação; ao contrário, deve estimular critérios mais rigorosos para compreender a complexidade de cada caso

.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho discutiu a ambivalência discursiva do humor racial em plataformas digitais, destacando que o riso pode operar tanto como mecanismo de reprodução de estereótipos quanto como estratégia de crítica e resistência. A análise evidenciou que a classificação de um conteúdo como “brincadeira” não é suficiente para afastar seus efeitos sociais. Em contextos marcados pelo racismo estrutural, enunciados humorísticos podem reativar memórias de inferiorização e transformar desigualdades históricas em entretenimento compartilhável.

Também se observou que as plataformas digitais não são cenários neutros. Seus recursos de circulação, recomendação e engajamento contribuem para ampliar a visibilidade de conteúdos controversos e para intensificar disputas interpretativas. Comentários, republicações e remixes integram a produção de sentido, podendo reforçar a ofensa ou constituir espaços de denúncia e contestação. Por isso, a análise do humor racial precisa ultrapassar a observação da postagem isolada e considerar as redes de interação em que ela se insere.

A principal contribuição da reflexão consiste em defender uma abordagem contextual e crítica. O alvo do riso, a posição de quem enuncia, os repertórios mobilizados, as relações de poder e a recepção pública são dimensões decisivas para distinguir entre uma prática que ridiculariza grupos racializados e uma sátira que

problematiza o próprio racismo. Não se trata de negar a relevância cultural do humor, mas de reconhecer que ele não está desvinculado de responsabilidades éticas e sociais.

Como encaminhamento, ressalta-se a necessidade de ampliar pesquisas empíricas sobre diferentes plataformas, formatos e comunidades digitais, com atenção às especificidades dos contextos brasileiros. No âmbito educacional, recomenda-se a elaboração de práticas de letramento digital antirracista que auxiliem os estudantes a interpretar criticamente memes, vídeos e interações em rede. Promover essa leitura é contribuir para uma participação digital mais consciente, capaz de confrontar a violência simbólica sem abrir mão da criatividade, da crítica e da pluralidade de vozes.

Palavras-chave: Humor racial; Cibercultura; Análise do discurso; Sociolinguística; Ambivalência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 jan. 2003.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 12. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Editora 34, 1999.

MOREIRA, Adilson José. Racismo recreativo. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ORLANDI, Eni P. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

RECUERO, Raquel. A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

ISSN: 2358-8829